



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

A ABORDAGEM AMBIENTAL NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE

Cosmerina de Souza de Carvalho (UESB/PIBID)¹

Ivanilda Rocha dos Santos (UESB/FAPESB)²

Alana Rocha Bittencourt (UESB/PIBID)³

Josimara Nascimento Santos Pereira (UESB)³

Introdução

Muito se tem ouvido falar em educação ambiental no mundo acadêmico, devido à problemática ambiental que tem aumentado a cada dia. Porém é necessária a superação de uma visão naturalista e preservacionista, para um aprofundamento no problema a fim de entrar com intervenção. E a educação é um instrumento para essa tomada de consciência que pode prolongar e oferecer uma vida de qualidade no planeta.

Desde a década de 60 que a população vem se manifestando a fim de proteger os recursos naturais, através de movimentos sociais. Pois a sociedade percebeu o acelerado desenvolvimento econômico, que refletia no mau uso dos recursos naturais.

Nesse mesmo período começaram a acontecer eventos para discutir as questões ambientais, tendo como foco de debate a preservação dos recursos naturais e a relação homem/natureza. O primeiro movimento a ser realizado com o objetivo de analisar os problemas ambientais e buscar possíveis soluções foi o Clube de Roma no ano de 1968, uma organização formada por representantes de vários países. Segundo Roloff (2011) os representantes do clube de Roma elaboraram um relatório, e apresentaram à população estabelecendo os limites de exploração do planeta e destacando os problemas que deveria ser amenizados, para a promoção de um futuro promissor da humanidade.

Em 1972 foi realizada a Conferencia das Nações Unidas, mais conhecida como a Conferência de Estocolmo, esta conferencia foi considerada um marco na história da política internacional. Para Roloff (2011) o foco das discussões foi o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, destacando a necessidade de criação de políticas ambientais.

No ano de 1975 foi promovida a Conferencia de Belgrado com o objetivo de reduzir a pobreza e a poluição. De acordo com Roloff (2011) foi criada nessa conferencia a Carta



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

de Belgrado sugerindo a criação de um programa Internacional de Educação Ambiental. E em 1977 foi realizada Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, conhecida como Conferência de Tbilisi, Foi considerado um dos principais eventos sobre Educação Ambiental. Foram elaborados alguns critérios que poderiam contribuir para o desenvolvimento da educação ambiental.

Em 1992 aconteceu no Rio de Janeiro a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento econômico, conhecida com Eco-92 Rio-92. Foram discutidos os problemas ambientais e foram elaborados documentos onde os países seriam responsabilizados pela emissão de gases poluentes. Nessa Conferência também foi elaborada a Carta da Terra com um conjunto de princípios orientadores da sociedade em geral, para uma vida sustentável, e a Agenda 21 que se tratava de um documento com orientações preparatórias para uma convivência harmoniosa e auto-sustentável das nações com o meio ambiente.

A organização desses eventos e movimentos sociais torna claro que a crise ambiental engloba fatores educacionais, políticos, sociais, culturais e éticos. Todas essas conferências foram relevantes no processo da educação ambiental no planeta, foram nesses debates que muitas decisões importantes com relação ao meio ambiente e a educação foram tomadas e prevalecem até os dias atuais na sociedade. Porém ainda existem lacunas que precisam ser preenchidas, para assim haver a promoção de um desenvolvimento sustentável no planeta.

Sabe-se que a educação é o princípio de uma transformação consciente, e a formação dos professores é um pilar importante nesse processo, porque se um docente recebe uma formação de qualidade baseada na realidade socioambiental a partir de assuntos emergentes, ele pode ser um profissional qualificado e capacitado a trabalhar estimulando atitudes conscientes nos sujeitos da comunidade educacional.

A educação ambiental não deve ser trabalhada de maneira isolada, ou como disciplina, mais sempre priorizando a abordagem dentro da interdisciplinaridade baseada na realidade do discente.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

A educação ambiental está inserida nos parâmetros curriculares nacionais (PCNS), para ser ministrado na educação básica, porém para o professor trabalhar obedecendo aos princípios dos PCNs ele precisa estar preparado e essa preparação deve ser adquirida no seu processo de formação.

A lei 9795/99 da política nacional de educação ambiental criada em 1999 estabelece princípios para a formação de professores a fim de reforçar a consciência ecologicamente correta nos indivíduos, mais nem sempre esses princípios são colocados em prática nos cursos de formação de professores.

O objetivo desse trabalho é esclarecer e discutir a abordagem ambiental nos cursos de formação de professores, apresentando um panorama da educação ambiental de uma forma geral a partir de uma ampla revisão bibliográfica.

O processo Histórico dos cursos de formação docente

Durante muito tempo os cursos de formação de professores se davam a partir de escolas de ensino mútuo, que para Bastos (1997) a preparação docente era baseada no método de Lancaster sem nenhuma base teórica. Não existiam concursos públicos, os cargos de professores eram ocupados por apadrinhamento, através de seleção e quem fazia a seleção eram os deputados e governadores.

Segundo Tanuri (2000) em 1835 foi criada a chamada escola normal na cidade do Rio de Janeiro pela lei de nº 10, nessa escola eram habilitadas pessoas que tinham a intenção de cursar magistério, porém as pessoas que já tinham adquirido a formação nas escolas de ensino mútuo não precisavam passar pela escola normal. De acordo com Tanuri, 2000, p. 64 a grade curricular se limitava em “ler e escrever pelo método lancasteriano; as quatro operações e proporções; a língua nacional; elementos de geografia; princípios de moral cristã”.

Baseado em Tanuri (2000) para ingressar na escola normal bastava ser maior de dezoito anos, saber ler e escrever e ser brasileiro. Essas escolas preparavam o docente para atuar nas escolas brasileiras e a duração do curso era de quatro anos. Tanuri 2000, p. 64 diz que o programa era da seguinte maneira:



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Língua nacional, caligrafia, doutrina cristã e pedagogia (primeira cadeira); aritmética, inclusive metrologia, álgebra até equações do segundo grau, noções gerais de geometria teórica e prática (segunda cadeira); elementos de cosmografia e noções de geografia e história, principalmente do Brasil.

A formação docente contava com uma insuficiência nos assuntos do currículo escolar, pois naquela época a preocupação era apenas em ensinar o sujeito a ler, a escrever e seguir o caminho religioso, a carência na didática do curso o tornava simples e a infraestrutura dessas escolas não era favorável. Durante todo o curso apenas dois professores ministravam as disciplinas.

Diante dessa carência nos cursos de formação docente, eram poucas pessoas que se interessavam em seguir essa profissão, as condições salariais também eram pouco agradáveis.

Nesse período ainda nem se falava em educação ambiental, tendo em vista que os primeiros movimentos em favor da preservação ambiental surgiram na década de 60.

As escolas normais por conta da falta de estruturas perderam o prestígio diante da sociedade, e segundo Tanuri (2000) os presidentes das províncias começaram a rejeitar essas escolas como instrumento de qualificação docente, com um método que não tinha base teórica.

Os presidentes das províncias resolveram adotar o sistema de formação de professores da Áustria e da Holanda que também não tinham base teórica, apenas colocavam os aprendizes para auxiliar um professor adjunto.

Existiam muitos debates entre os governadores e inspetores a respeito da qualidade na educação, que só poderia ser beneficiada com uma boa formação docente, e assim diante dessas discussões as escolas normais foram sendo valorizadas a partir de algumas reformas no currículo. Como comenta Tanuri, 2000, p. 66:

Paralelamente à valorização das escolas normais, ocorre também enriquecimento de seu currículo, ampliação dos requisitos para ingresso e sua abertura ao elemento feminino. As primeiras escolas normais – de Niterói, Bahia, São Paulo, Pernambuco, entre outras – foram destinadas exclusivamente aos elementos do sexo masculino, simplesmente excluindo-se as mulheres ou prevendo-se a futura criação de escolas normais femininas.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Nessas reformas curriculares o sexo feminino adquiriu direito em atuar como docente que até então esse direito lhes era negado, pois as mulheres só podiam estudar em escolas de primário, onde os currículos eram diferenciados com atividades domésticos.

Mais as razões pelas quais as mulheres conseguiram se inserir no magistério foram diversas, como a migração do sexo feminino para outras profissões por conta da baixa remuneração, a vocação pela maternidade, pois o estado defendia que lecionar era uma vocação que pertencia as mulheres, logo as mesmas não precisavam de salários altos.

Segundo Tanuri (2000) no ano de 1879 foi implantada a reforma Leôncio de Carvalho com uma proposta de currículo mais abrangente e essa proposta serviu de modelo para todas as escolas de formação de professores. Tanuri 2000, p. 67 diz que as disciplinas que inseridas no currículo eram as seguinte:

O currículo deveria abranger as seguintes matérias: língua nacional; língua francesa; aritmética, álgebra e geometria; metrologia e escrituração mercantil; geografia e cosmografia; história universal; história e geografia do Brasil; elementos de ciências físicas e naturais e de fisiologia e higiene; filosofia; princípios de direito natural e de direito público, com explicação da Constituição Política do Império; princípios de economia política; noções de economia doméstica (para as alunas); pedagogia e prática do ensino primário em geral; prática do ensino intuitivo ou lição de coisas; princípios de lavoura e horticultura; caligrafia e desenho linear; música vocal; ginástica; prática manual de ofícios (para os alunos); trabalhos de agulha (para as alunas); instrução religiosa (não obrigatória para os acatólicos).

Essa reforma foi a primeira vez que a disciplina de ciências naturais estava inserida no currículo, porém os assuntos não eram baseados em abordagens ambientais. Nesse período ainda estavam sendo discutidas políticas de educação ambiental nos eventos realizados pelas organizações Internacionais.

Segundo Tenuri (2000) em 1890 o currículo das escolas normais forma ampliados e o estado começou a contratar para atuar nessas escolas professores e diretores norte americanos e assim a reforma foi ampliada para todo o ensino da rede pública. Os



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

professores atuantes passaram a participar de cursos complementares nas escolas modelos, e assim os cursos de formação docente passaram a ter uma duração de três anos.

Nos anos 20 a educação já era inspirada na Escola Nova, e os cursos de formação docente ganharam força como diz MONARCHA, 1999 p. 295:

A pedagogia que as embasava fundamentava-se principalmente numa psicologia experimental – esta já então libertada dos estritos limites da psicofísica e das medições cefalométricas – preocupada com a aferição da inteligência e das aptidões, ou seja, com os “instrumentos de medida” e com seu valor de prognóstico para a aprendizagem.

As características da Escola Nova eram um ensino ativo e flexível, assuntos baseados em contexto social e político, a educação era vista como direito de todos os cidadãos.

A partir de então os currículos cursos de formação docente foram sendo reformados, com a inserção de disciplinas, e valorização do curso.

E assim a formação do professor começou a se conceituada como formação de cidadãos críticos e competentes, Tanuri (2000, p. 83) diz que foi “devido ao enriquecimento do currículo, articulação entre as disciplinas, estágios, exame seletivo para o ingresso ao curso de formação”.

A formação em nível superior vem passando por avanços significantes, porém ainda precisa melhorar, visto que a formação continuada se tornou um desafio para o educador, pois a baixa remuneração impede que o docente tenha disponibilidade para investir em sua capacitação.

A Formação docente e a abordagem ambiental

A educação ambiental foi citada pela primeira vez na Constituição Brasileira em 1988 (inciso VI do artigo 225, do capítulo VI do Meio Ambiente). Nela a Educação Ambiental é compreendida como um direito de todos e dever do Estado e destacada a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” A constituição brasileira, de 1988, em Art 225, no capítulo VI- do meio ambiente, inciso VI , destaca a necessidade de cumprimento dos preceitos constitucionais, leis federais, decretos, constituições estaduais, e leis



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

municipais determinam a obrigatoriedade da Educação Ambiental. (BRASIL, 1999). A partir desse período começa a se pensar em políticas de educação ambiental no Brasil.

A educação ambiental foi fortemente enfatizada no Brasil a partir da década de 90 com um grande evento ocorrido em 1992 na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecido como Eco 92 ou Rio-20. A realização desse evento criou uma conjuntura muito favorável à expansão da educação ambiental no mundo. (Brasil, 2007)

Dentre os debates a respeito da educação ambiental na Rio 92, destacou-se como objetivo na abordagem da temática nas escolas, atividades em Educação Ambiental para conscientizar para a cidadania, sensibilizar para o convívio com a natureza e finalmente, a compreensão crítica e complexa da realidade socioambiental. (Brasil, 2007)

Em 1997 a temática ambiental é incluída como um dos temas transversais na elaboração dos Parâmetros Curriculares pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC. Os parâmetros curriculares nacionais (PCN's) propõe uma educação comprometida com a cidadania, com princípios baseados na constituição de 1988. Esses princípios são fundados em dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e co-responsabilidade pela vida social.

Segundo Medina (2007) a partir dos PCN's é incluído no currículo escolar as questões sociais emergentes como meio ambiente e saúde, sendo trabalhado como temas transversais, priorizando a contextualização de acordo com as diferentes realidade locais e regionais. Porém os professores não receberam capacitação para abordar essa temática na sala de aula, não receberam nenhum curso complementar nesta área, ficando assim a abordagem ambiental de maneira simplificada apenas com uma abordagem preservacionista, como se os seres humanos não fizessem parte da natureza ou não dependesse dela para sobreviver.

Assim a educação ambiental abordada como tema transversal não foi suficiente, sendo necessária uma lei que segundo Porto (1996) implantasse a educação ambiental com caráter interdisciplinar, voltada para problemas atuais e urgentes partindo sempre da realidade dos alunos. Para assim favorecer uma relação interdependente e em



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

harmonia com as leis da natureza, responsabilizando o poder o público e cada cidadão pela defesa do meio ambiente.

E em 1999 é aprovada a Política Nacional de Educação Ambiental pela Lei de nº 9.795/99. (BRASIL 2008).

Segundo Oliveira e Carvalho (2012, p.253) “Para a graduação, além da possibilidade de criação de espaços que trabalhem a Educação Ambiental através da extensão, a indicação da PNEA é a introdução da EA de forma interdisciplinar e transversal”.

Sendo importante salientar que a lei 9.795/99, estabelece a criação de cursos de complementação e pesquisa que tratam da temática ambiental em diversos contextos sociais dos discentes, além de ser trabalhada como tema transversal em todas as disciplinas.

Assim, não se pode deixar de considerar que a inclusão da temática ambiental no processo de formação docente é hoje uma das exigências, dentre outras de natureza diversa, para que a escola tenha condições objetivas e concretas de cumprir sua função social.

Porém para se pensar as relações entre a educação e os problemas entre as questões ambientais precisamos, analisar em profundidade, as relações entre trabalho e educação mediadas pelas relações históricas que os homens estabelecem com a natureza e com os outros homens na produção material e social da vida. (TREIN; BARRETO, 2001). Como relata Loureiro (2012) só há ambiente como bem comum á medida que o acesso à riqueza produzida e a natureza, seja justo, e os diversos modos de se organizar com base em processos econômicos e culturais sustentáveis sejam respeitados.

Marx, (1982, p. 50) afirma que

o trabalho criador de valores de uso como trabalho útil, e indispensável à existência do homem quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessária natural e eterna de efetivar o intercambio entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

A Educação ambiental foi legado o senhor de ser agente transformador da sociedade e, à escola – como instituição responsável pela formação de cidadãos, a incumbência de desenvolver dispositivos em função dos valores, dos conhecimentos, os quais dão embasamento á formação e transformação das pessoas (FLICK, 2009). Ainda conforme essa autora, dentro de todas as áreas da educação nenhuma é tão urgente e tão globalizada quanto a Educação Ambiental.

Reigota (1994) diz que a escola é o lugar privilegiado para a realização da Educação Ambiental – desde que se dê oportunidade à criatividade, isto é, o aprendizado pode ser ministrado nos parques, reservas ecológicas, etc. Pelicioni e Philippi Jr. (2005) salientam que não existe Educação Ambiental se ela não efetivar na prática, na vida, a partir das necessidades sentidas.

É notório que a Educação Ambiental está na maioria das vezes ausente das práticas adotadas pelos educadores (...). A Educação Ambiental é um tema não definido e desordenado dentro dos conteúdos programáticos escolares. (FLICK, 2009).

Como aponta Dias (1992, p. 26)

Os currículos escolares abordam incontáveis conteúdos que tratam sobre ecologia, sumamente importantes para o desenvolvimento social, intelectual e cultural dos alunos, porém, igualmente, tratados de forma fracionada, fragmentada, que não fazem relação com a realidade dos alunos e de maneira pouco atrativa, não sendo relacionadas com as questões ambientais, enfatizando – apenas, questões muito mais conceituais e dogmáticos.

Segundo Flick (2009), os professores “preocupados” com os problemas ambientais levam para a sala de aula conteúdos voltados para uma consciência conservacionista, e, portanto, abordam questões meramente naturalistas, conceituando o espaço natural fora do meio humano. (...). Aponta que as escolas comemoram “o dia do meio ambiente” alertando a sua importância e no decorrer do calendário escolar se esquecem de elaborar projetos pedagógicos conectados e coerentes, de forma que sejam funcionais a qualquer programa que tenha como fim a Educação Ambiental.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Percebe-se que há um despreparo do professor para trabalhar a Educação Ambiental (EA). Conforme Freire, (1991, p. 58) “ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática”. Para Guerra (2008, p. 33) “O problema da formação em Educação Ambiental (EA) passa prioritariamente pelas universidades. Infelizmente estas foram um dos últimos espaços instituídos da sociedade em que a EA se inseriu. Este fato expõe a fragilidade da EA nos currículos das universidades, uma vez que ainda não se consolidou o enraizamento da dimensão ambiental.”

Por outro lado, a legislação educacional também não reconhece a EA adequadamente. A Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) não estabelece claramente em seu texto disposições para a mesma. Assim, em muitos casos, a EA continua sendo tratada de forma tradicional e conservadora nas universidades brasileiras com a criação de disciplinas isoladas no currículo de cursos de graduação, contrárias à própria legislação. (GUERRA, 2008).

Ainda de acordo com Guerra (2008) na Educação Básica, os professores que trabalham, ou exercem sua militância na Educação Ambiental atuam sozinhos, sem ou com material didático improvisado, com bases teórico-metodológicas insuficientes para desenvolver a temática ambiental em suas práticas educativas.

TRISTÃO, (2007, p. 5) diz que é “preciso uma cooperação entre educadores/as e outros sujeitos culturais engajados nas lutas sociais e ambientais, criando espaços críticos de aprendizagem dentro e fora da escola, buscando a união com movimentos sociais organizados. Assim, as mudanças não ocorrerão de cima para baixo, mas com a participação dos/as professores/as que estão diretamente ligados/as à realidade. As propostas curriculares, as mudanças e transformações educativas dependem daqueles e daquelas envolvidos/a com o seu cotidiano. Dessa forma ALMEIDA, SILVA E CARREGOSA, 2011, p. 03 afirma o seguinte:

Nesta visão, a Universidade tem um papel essencial na formação dos profissionais. Espera-se que os mesmos sejam capazes de



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

trabalhar em grupos multidisciplinares e em ações interdisciplinares, através de uma leitura abrangente, global, holística, sistêmica e crítica da realidade. E que sua ação seja interativa, questionadora e reflexiva, promovendo a participação dos diferentes agentes da sociedade, bem como o resgate de saberes e a construção individual e coletiva do conhecimento

O engajamento dos/as professores/as nos processos políticos de decisão intervém no seu fazer pedagógico e pode ser considerado como contexto valioso na formação, também como possibilidade de construção de novas formas de compreender e viver a relação saberes e fazeres, teoria e prática. Educar é parte do avanço possível de transformação da sociedade, um tempo-espço da escola que socializa o conhecimento produzido para que o cidadão compreenda, aprenda seu papel transformador da realidade. (ESTEVÃO, 2006)

Se defendermos a educação como processo de formação humana e se a EA deve ser parte essencial da formação educacional de todos os cidadãos, conforme entendimento comum nas discussões de âmbito mundial vê no currículo emancipador a possibilidade de promovê-la. (SANTOS 1996 apud Estevão, 2006, p. 38).

Refletir sobre a EA em específico para os cursos de formação inicial de professores significa possibilitar uma educação que amplia a visão sobre as questões ambientais, suas conseqüências sociais e políticas: significa uma repensada sobre os reducionismos conceituais do meio natural e social em que se vive na maioria das vezes permite positivas críticas sobre a realidade do cotidiano de sala aula, principalmente, aquelas em que o professor apenas fala, e os estudantes ouvem a transmissão de conteúdos, ou aquelas em que as aprendizagens se restringem aos ambientes físicos e temporais da escola. (ESTEVÃO, 2006)

Considerando a capacitação profissional do docente para atuar na educação básica ARAUJO, 2004, P. 74 vem dizer o seguinte:

Espera-se que os cursos de graduação sejam capazes de preparar os licenciandos para mobilizar recursos, conhecimentos teóricos e metodológicos, a fim de responder as diferentes demandas socioambientais e as situações de trabalho. Em se tratando



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

especificamente de uma educação sob o paradigma ambientalista, espera-se dos cursos, além da preparação teórico-metodológica, a formação ambiental fundada na coerência entre o modelo de formação profissional e ambiental com o modelo didático adotado.

A universidade deve preparar o docente para atuar de acordo com as realidades emergenciais, e priorizar uma formação capaz de investir na formação continuada dos professores. Essas abordagens na sala de aula depende muito da auto-formação do profissional, considera-se que são questões atuais, mais que precisa de estratégia e disposição para ser trabalhadas favoravelmente.

Referências:

ALMEIDA, Leila Dias, SILVA, Sandra Lúcia da Cunha e, CARREGOSA, Elenice Almeida. **A abordagem ambiental no curso de pedagogia: Desafios e perspectivas na formação docente.** In *Revista Biosfera*. V. 07, N. 13; 2011.

ARAÚJO, M. I. O. A universidade e a formação de professores para a educação ambiental. In: *Revista Brasileira de Educação Ambiental* – nº 0 (nov.2004). Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.

BASTOS, Maria Helena C., (1997). **A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827).** *História da educação*. Pelotas, no 1, v. 1, p. 115-133.

DIAS, Genebaldo. Freire. Educação Ambiental: **Princípios e Práticas**. SP: Gaia, 1992.

FLICK, M. E. P. Educação Ambiental e formação de professores. Comunicação apresentada na 53ª Reunião anual da SBPC, Salvador, 2001. Disponível em: <http://www.cenedcursos.com.br/educacao-ambiental-e-formacao-de-professores.html>
acesso: 04/09/13 as 13h14.

FREIRE, M. A Formação Permanente. In: Freire, Paulo: **Trabalho, Comentário, Reflexão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Sustentabilidade e educação: **um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, K. *O capital*. 7ª ed. São Paulo: Difel, 1982.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

MEDINA, Naná Minini. **Breve Histórico da Educação Ambiental**. 2007.

PELICIONI, M. C. F. PHILIPPI Jr, A. Educação Ambiental e sustentabilidade. (col. Ambiental), 2005.

PORTO, Maria de Fátima M. M. **Educação Ambiental: conceitos básicos e instrumentos de ação (Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios)**. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, DESA/UFMG, 1996.

TREIN, E. BARRETO, M. Educação Ambiental e formação de professor. Disponível em: <http://www.revistaaleph.com/educacao-ambiental-e-a-formacao-de-professores/>. Acesso: 04/09/2013 as 12h50.

ROLOFF, Franciani Becker. **Questões ambientais nos cursos de licenciaturas em química e as vozes do currículo e professores**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

SANTOS, B. S. Para uma Pedagogia do Conflito. IN: SILVA, L. H. et all. **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999. Disponível em: [ortal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf)
Acesso em: Maio de 2013

MONARCHA, Carlos, (1999). *Escola Normal da Praça : o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora da UNICAMP.

TANURI, Marina Leonor. História da Formação de Professores. Universidade Estadual de São Paulo. *In Revista Brasileira de Educação*. V. 14. P. 62-86, mai/jun/jul/ago, 2000.